



## TODOS OS CAMINHOS NOS LEVAM AOS “MEBENGOKRE”: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO – TO: DO FINAL DO SÉCULO XVIII ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX<sup>1</sup>

*ALL PATHS LEAD US TO “MEBENGOKRE”: THE PROCESS OF OCCUPATION OF THE BICO DO PAPAGAIO - TO THE END OF THE 18TH CENTURY THROUGHT TO THE MIDDLE 20TH CENTURY*

**Ubiratan Francisco de Oliveira**  
Universidade Federal do Tocantins (UFT)  
bira@uft.edu.br

---

**Resumo:** Compreender o processo de ocupação da Região do Bico do Papagaio, marcada pela luta por terra e território desde os primeiros contatos entre os nativos e os colonizadores até o período de maior intensidade de migração de camponeses e fazendeiros para a região durante o período desenvolvimentista brasileiro, é o que se pretende com este artigo que faz parte de nossa pesquisa de doutoramento em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás. Para tanto, buscaremos, aqui, apresentar os pressupostos teóricos das categorias de análise presentes nos estudos geográficos que orientam o percurso metodológico construído por nós na realização da pesquisa. Como também, uma leitura dinâmica da Região do Bico do Papagaio com base em outras pesquisas presentes em nosso referencial teórico e nos trabalhos de campo realizados até o momento. Uma tentativa de tentar expressar as formas como enxergamos o processo de ocupação do Bico do Papagaio, extremo norte do estado do Tocantins, desde o século XVIII até meados do século XX numa perspectiva que dê ênfase aos povos tradicionais e camponeses, por muitas vezes “invisibilizados” na história do processo de formação do território brasileiro.

**Palavras-Chave:** Bico do Papagaio, Processo de Ocupação, Território.

---

**Abstract:** Understand the process of occupation of the Parrot's Beak Region, marked by the struggle for land and territory from the first contacts between the natives and the settlers until the period of greatest migration of peasants and farmers to the region during the Brazilian developmental period, This is what is intended with this article that is part of our PhD research under development in the Graduate Program in Geography, Institute of Socio-environmental Studies, Federal University of Goiás. To do so, we will present here the theoretical assumptions. of the analysis categories present in the geographic studies that guide the methodological path built by us in the accomplishment of the research. As well as a dynamic reading of the Bico do Papagaio Region based on other researches present in our theoretical framework and the field work done so far. An attempt to try to express the ways in which we see the process of occupation of the Bico do Papagaio, the northern end of the state of Tocantins, from the eighteenth century to the mid-twentieth century in a perspective that emphasizes the traditional and often “invisible” peasant peoples ”In the history of the process of formation of the Brazilian territory.

**Keyword:** Bico do Papagaio; Occupation Process; Territory.

---

---

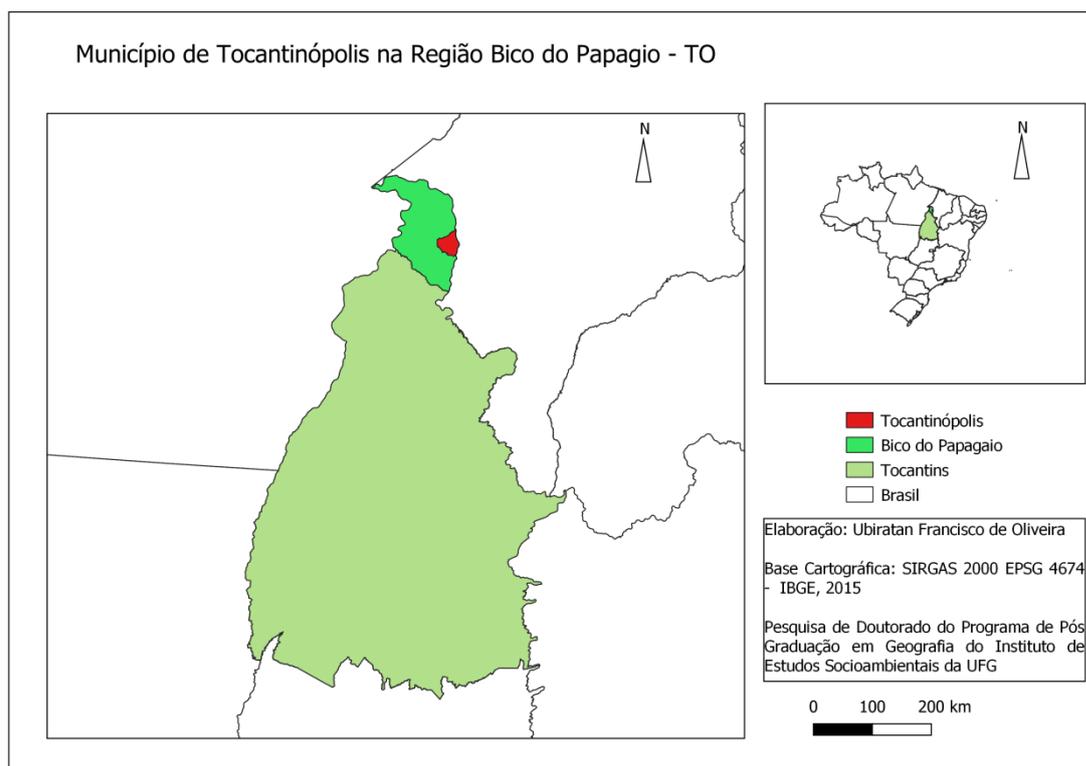
<sup>1</sup> Este texto faz parte do primeiro capítulo da tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG com o título: *Cartografias Ontológicas de Educadoras do Campo do Bico do Papagaio*. Ademais, destaca-se que a pesquisa é orientada pelo Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (IESA/UFG).

## INTRODUÇÃO

*“Toda existência humana é uma existência territorial”  
Rogério Haesbaert*

A Região do Bico do Papagaio ou, “o Bico do Papagaio”, ou, simplesmente, “o Bico”, como as comunidades locais preferem chamar, é o espaço onde acontece nossa pesquisa. O IBGE selecionou 25 municípios para definir a Microrregião Bico do Papagaio e é essa regionalização que utilizaremos neste trabalho por entender que é a mais utilizada nos estudos realizados sobre o Bico do Papagaio. No entanto, é comum encontrarmos referências que citam cidades como Xambioá, Wanderlândia e Araguaína como pertencentes ao Bico do Papagaio, principalmente em estudos sobre os conflitos da Guerrilha do Araguaia e os movimentos de resistência camponesa e luta pela terra nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Em estudo sobre o povoamento do território goiano, Teixeira Neto (2002) apresenta o Bico do Papagaio como a região mais dinâmica e rica do antigo norte goiano e se refere a Araguaína como a principal cidade da região. A Região do Bico do Papagaio foi dividida e criada a microrregião de Araguaína que ficou com os municípios de Xambioá e Wanderlândia.

Está localizado no extremo norte do Tocantins, se constitui de uma zona de transição entre Cerrado e Floresta Amazônica onde a castanha e o pequi se misturam entre o açaí e o buriti. Onde campos de cerrados e grandes matas se entrelaçam e se colhe o babaçu e o cupuaçu, o cajá e o bacuri. Verdes vales de céu azul que feito anil se mistura às águas caldalosas dos rios Araguaia e Tocantins. Entre 1818 e 1825, às margens do Rio Tocantins e em meio aos babaçuais, se formou a Boa Vista, hoje Tocantinópolis, que por muitos anos se constituiu como a principal cidade do Bico do Papagaio no antigo norte goiano (Mapa 1).



O Bico vem sendo povoado ao longo de séculos pelo povo Apinajé que vive na região desde antes da colonização portuguesa; pelos religiosos que subiram o Rio Tocantins vindo de Belém à procura de indígenas em meados do século XVII, (PALACÍN, 1979, MELO, 2008) pelos camponeses que chegaram do nordeste com a pecuária nos séculos XIX e XX (SOARES, 2009, VELHO, 2009) e pelos quilombolas que se refugiaram entre os “Grandes Rios” (Araguaia e Tocantins), sobre os quais a origem ainda é objeto de pesquisas e estudos; e, também, por aqueles e aquelas que chegaram recentemente com o processo da “revolução verde” sobre Cerrado e Amazônia brasileira, ligados ao agronegócio e ao latifúndio. Vidas que vieram de lugares distantes e vidas que são do lugar se encontram em processos distintos de (re)territorialização, cada qual com seus sentidos de mundo. O Bico do Papagaio é um território em disputa com vários territórios dentro dele. Territórios de grupos que resistem e re-existem frente ao poder hegemônico do capital internacional e seus projetos de intervenção no espaço agrário brasileiro.

## **TERRITÓRIO, PAISAGEM E FRONTEIRA: ELEMENTOS PARA COMPREENDER A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO BICO DO PAPAGAIO**

Quando o Geógrafo Rogério Haesbaert (2004a) diz que a existência humana é uma existência territorial, ele carrega de sentido ontológico o conceito de território, pois o coloca como elemento constitutivo da natureza do ser. Para Haesbaert, viver é territorializar-se num dinâmico e permanente processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. O ser humano se faz no espaço e por meio de suas territorialidades e suas espacialidades ele produz e reproduz seu território. Sendo assim, “não há exclusão territorial ou desterritorialização em sentido absoluto, pois ninguém pode subsistir sem território” (HAESBAERT, 2004a: 36). Diante desta afirmação, se conclui que o ser humano só se desterritorializa em absoluto quando deixa de existir.

O Bico do Papagaio com seus povos e projetos distintos de desenvolvimento é um mosaico complexo de territórios que reúne, em torno dele e dentro dele, concepções diferentes de mundo e de vida que, às vezes se convergem e outras vezes se antagonizam, contrapondo constantemente seus respectivos modos de produção e suas técnicas. Diferenças que refletem nas paisagens e espaços produzidos e reproduzidos por cada grupo. Os territórios dos povos camponeses se apresentam com os babaçuais, buritizais, florestas, matas de galeria, igarapés mais preservados que os territórios do agronegócio com as imensas áreas desmatadas para plantações de monoculturas como soja, milho e eucalipto ou para formação de pastos com milhares de cabeças de gado nelore. Paisagens que revelam espaços construídos, apropriados e disputados por seres humanos diante de seus interesses políticos, econômicos e culturais, ou seja, espaços territorializados.

Para Haesbaert (2004b), o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização que ocorre no espaço pode ser analisado por meio de fatores sociais de ordem econômica, política e cultural que se manifestam no espaço:

Se entendermos o território no seu sentido amplo de dominação e/ou apropriação do espaço... podemos afirmar que os objetivos ou as razões desta produção e controle (ou des-controle, no caso de incluir a desterritorialização) podem ser os mais diversos, envolvendo fatores de ordem econômica, política e/ou cultural. (HAESBAERT, 2004b, 172).

Esses fatores de ordem econômica, política e cultural orientam as ações humanas sobre o espaço, ações essas, que para Haesbaert são territoriais e não se manifestam de forma isolada, como numa leitura estruturalista do espaço. Elas se conectam e se completam. A cultura de uma determinada sociedade diz muito sobre a política econômica adotada pelo

Estado, da mesma forma que a economia influencia na política e na cultura dessa mesma sociedade e completa: “não há qualquer atividade, inclusive as atividades materiais, que não seja ao mesmo tempo produtora de sentido e de símbolos, pois “compreender um fenômeno social, econômico e político leva a decifrar sua ‘razão cultural’...” (HAESBAERT, 2004: 214).

Nessa mesma perspectiva de território quanto espaço de sentido da vida e da existência humana, Saquet (2013:13) diz: “O território é um desses conceitos complexos, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida.”, e, da mesma forma que Haesbaert, para ele, a economia, a política e a cultura são dimensões socioespaciais do território que dão sentido do real aos seus sujeitos, materializando o pensamento e que a separação desses elementos socioespaciais nas suas análises é apenas de ordem didática para torna-los compreensíveis: “A separação entre o pensamento e o **real** ou entre as dimensões da economia, da política e da cultura é um mero recurso didático.” (SAQUET, 2013: 13) – grifo do autor.

A leitura dos fatores econômicos, políticos e culturais do espaço, seja quanto território, paisagem ou região, dá a ele uma dimensão socioespacial, uma ligação intrínseca com a realidade humana, com aquilo que movimenta a sociedade e que, como social, se realiza pela ação humana. Milton Santos (2008a), afirma que a Geografia é a “*ciência do espaço do homem*” e este espaço reflete a heterogeneidade e complexidade da sociedade à qual ele pertence. “*O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.*” (SANTOS, 2008a:78). Há uma ontologia do espaço proporcionada pela ação e intencionalidade do ser humano sobre ele que o transforma, o cria e o recria de acordo com suas necessidades e interesses, utilizando, para isso, suas técnicas de manejo e controle da natureza (SANTOS, 2005, 2008b).

A paisagem é o primeiro contato que temos com o espaço e ela, por mais que se apresente como uma simples imagem do espaço que pode ser vista e sentida, guarda em seu interior as complexidades socioespaciais históricas de seu processo de formação.

Tudo que nós vemos, o que a nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. (SANTOS, 2008a: 69).

A paisagem é também percebida pelo calor, pelos sons e pelo cheiro por serem, também, elementos que a compõe como diz Santos ao final de sua definição e depois afirma:

“A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos”. (SANTOS, 2008a: 68). Mas interpretá-la vai além do que se vê e/ou se sente. A interpretação da paisagem nos leva ao processo de formação do espaço que ela representa. Portanto, segundo Santos, a paisagem é mais do que aquilo que nos é apresentado no presente, ela é o “presente” carregado de elementos do “passado” porque o espaço é constituído de tempos distintos que se sobrepõem na paisagem. Um mosaico de modos de vida distintos que misturam o presente e o passado.

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. (SANTOS, 2008a: 73).

O espaço é constantemente transformado pelo uso de técnicas distintas. As transformações tecnológicas do mundo pós-revolução industrial não ocorreram ou ocorrem de forma igual em todos os lugares, independente do país ser muito ou pouco desenvolvido economicamente e tecnologicamente, há espaços onde existem elementos que criados por técnicas mais tradicionais e por questões econômicas ou culturais, formam paisagens ligadas a um modo de vida que contrasta com as tecnologias mais recentes. Para quem vem de regiões metropolitanas, é possível que terá a sensação de estar em uma paisagem bucólica, numa espécie de viagem ao passado. Em regiões de alto desenvolvimento econômico e tecnológico é comum que estes espaços sejam transformados em patrimônios culturais e áreas rurais que preservam objetos e casas antigas logo são inseridas em roteiros turísticos em que o principal produto é o “passado”. No entanto, no campo e em muitas cidades, principalmente de países pobres ou de economia emergentes, milhares de pessoas, por motivos econômicos ou culturais vivem em modos de vida tradicionais onde as técnicas e as tecnologias desenvolvidas são seculares.

O espaço agrário brasileiro e sua modernização tardia e de forma rápida fez criar um campo com a presença de técnicas tradicionais e modernas que se confrontam e disputam o território da produção de alimentos, bens e mercadorias. Por exemplo, existem técnicas modernas que utilizam tecnologias de última geração como é o caso da genética vegetal e animal, da nanotecnologia utilizadas na produção de *commodities* do agronegócio presentes no mesmo campo que se encontram técnicas da agricultura tradicional de roça de toco desenvolvida por comunidades camponesas, indígenas e/ou quilombolas que resistem há séculos. O Bico do Papagaio guarda em seu interior comunidades de indígenas, de

extrativistas, de agricultura camponesa e de pesca que sofrem a pressão do agronegócio e da indústria de mineração em seu entorno. Pressão da urbanização proporcionada pelas cidades do agronegócio (Araguaína-TO, Marabá-PA e Imperatriz-MA) ao seu redor que se urbanizam rapidamente e se conectam facilmente ao Bico do Papagaio por ser ele o lugar de passagem entre elas.

O espaço do Cerrado transformado pelo “correntão”<sup>2</sup> que desmata grandes áreas para o plantio de soja, milho, cana, eucalipto ou criação de boi de corte para o agronegócio internacional contrasta com o espaço de Cerrado transformado pela agricultura familiar de pequeno porte e a criação de vacas leiteiras e caprinos da agricultura camponesa tradicional que usam pequenas áreas de cultivos e criação de animais. Um espaço que usa técnicas recentes na história e outro com técnicas milenares que se encontram no presente e disputam o território do campo da produção agrícola e pecuária. Técnicas que estão presentes no Bico do Papagaio e que produzem espaços distintos apresentados por sua paisagem heterogênea e híbrida. Paisagens de um tempo camponês “lento” e de um tempo agroindustrial “rápido”. Se uma te leva ao “passado” e a outra ao “futuro”, ambas, na verdade, compõem o tempo presente, o agora e toda sua complexidade social e histórica. Ela é formada pelo tempo e pelo espaço.

A paisagem tem, pois um movimento que pode ser mais ou menos rápido. **As formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época; dependem das condições econômicas, políticas, culturais, etc.** A técnica tem um papel importante, mas não tem existência histórica fora das relações sociais. A paisagem deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e também culturais. Desvendar essa dinâmica social é fundamental: as paisagens nos restituem todo um cabedal histórico de técnicas, cuja era revelam; mas elas não mostram todos os dados, que nem sempre são visíveis. (SANTOS, 2008b: 75). (Grifos meus).

Os fatores sociais presentes na paisagem apresentados por Milton Santos são os mesmos mostrados por Saquet e Haesbaert, eles compõem o que chamamos de produção social do espaço e tanto a paisagem quanto o território são categorias de análise do espaço e, portanto, a política, a economia e a cultura estão presentes nessas categorias. As paisagens nos mostram ações humanas cristalizadas no espaço (SANTOS, 2012). Ações cotidianas que transformam o espaço de acordo com os interesses individuais e coletivos daqueles e daquelas que nele habitam. Cada grupo configura seu espaço de acordo com suas técnicas escolhidas a partir de sua cultura e economia, ou seja, modo de vida e meio de vida. Esses grupos lutam

<sup>2</sup> Técnica de desmatamento usada no Cerrado pelo agronegócio que utiliza uma grande corrente de ferro conectada a dois tratores que avançam sobre as reservas derrubando as árvores.

constantemente junto ao Estado para que políticas de financiamento, transporte e comercialização de suas produções sejam implantadas, sendo assim, o Estado tem um peso considerável na configuração territorial revelada pelas paisagens. Daí, passamos de uma leitura do espaço quanto paisagem, para o espaço quanto território (SANTOS, 2008b).

Numa leitura política, seja no controle ou no “descontrole”, o Estado tem papel fundamental na formação territorial do Bico do Papagaio. No financiamento do agronegócio e da mineração; na construção de usinas hidroelétricas, rodovias e ferrovias para atender o grande capital; na omissão e apoio à grilagem e regularização de terras devolutas para o latifúndio. Mas é o mesmo Estado, que por pressão e luta dos movimentos sociais do campo fez a delimitação das terras indígenas, quilombolas e de proteção ambiental e a desapropriação de terras para a reforma agrária. O Estado é um agente territorial. Movido pela disputa entre grupos hegemônicos e contra-hegemônicos.

Seja individual ou coletivo, o território é produto das ações humanas que nas relações entre seres humanos com eles mesmos e destes com a natureza, é construído, apropriado e disputado por grupos e/ou indivíduos em nome de projetos institucionais, econômicos, comunitários, ideológicos, culturais, entre outros. Em jogo estão os espaços da vida, da reprodução humana, da produção de alimentos, da produção de mercadorias, da preservação ambiental, da extração de minérios, da habitação, das atividades culturais, da tradição e da modernização. Espaços de homens, de mulheres, de jovens, de adultos, de crianças, de negros, de brancos e de índios. Este espaço é um território em disputa. Enxergá-lo a partir do uso do território é compreendê-lo como um espaço socialmente construído e em constante transformação.

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, 2005: 255).

O território ganha sentido individual e coletivo a partir do seu uso na sociedade, diz Milton Santos. Sentidos de mundos que se encontram no mesmo lugar, que se divergem, se convergem, se convertem de acordo com as forças que nele se estabelecem. “O espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por este mesmo processo produtivo, os separa.” (SANTOS, 2012: 33). O espaço do Bico do Papagaio rico em terras

férteis e água é o ponto de encontro da migração camponesa, do agronegócio e das populações tradicionais. Um território em disputa que exclui, expropria, enclausura (HAESBAERT, 2004a).

O poder econômico do agronegócio impõe suas condições e demandas ao Estado que, junto com o agronegócio, pressiona a agricultura camponesa a ceder seu território e esta se apega à sua cultura e sua tradição como forma de resistência e se reúne em classe social para enfrentar o agronegócio e disputar o Estado. Daí os conflitos das hidroelétricas, dos produtores de *commodities* do agronegócio e das mineradoras contra os ribeirinhos e pescadores, os agricultores, os extrativistas, os indígenas e quilombolas. O Bico do Papagaio é o lugar de povos excluídos das políticas de beneficiamento de suas produções, expropriados de suas terras e reclusos em “ilhas” que se formam em meio ao agronegócio e indústria da mineração, carregados de apoio estatal e políticas públicas a seu favor.

Com base em Santos, Haesbaert e Saquet, pode-se dizer que o uso do território ganha sentido a partir de sua apropriação que se dá por meio das dimensões políticas, econômicas e culturais da sociedade. É a combinação destas que determinaram, por exemplo, a definição de uma área como reserva ambiental, a licença ou interdição de uma atividade de mineração, a recuperação de um fundo de vale ou a implantação de um assentamento de reforma agrária e definição de terras indígenas e quilombolas, ou a implantação de grandes projetos de monoculturas ou criação de gado para o agronegócio. Todas as intervenções sejam no campo ou na cidade estão neste contexto territorial. São ações carregadas de intencionalidades políticas, econômicas e culturais que transformam o espaço.

A economia, a cultura e a política são dinâmicas e tornam os territórios dinâmicos, pois estão em constantes transformações por se tratarem de dimensões da vida que orientam as ações humanas. Para Saquet, o estudos sobre as dimensões sociais do território possibilita compreender melhor as atividades humanas sobre o território.

Outra preocupação é subsidiar a elaboração de uma abordagem territorial que considere, concomitantemente, as articulações/interações existentes entre as dimensões sociais do território, em unidade entre si e com a natureza exterior ao homem, o processo histórico e a multiescalaridade de dinâmicas territoriais. Fui motivado a tal reflexão diante das pesquisas que tenho feito sobre mobilidade populacional, desenvolvimento local, agricultura familiar, produção artesanal familiar, industrialização moderna e urbanização, o que me remeteu a compreender as diferentes perspectivas de compreensão dos conceitos de território e territorialidade, como uma forma coerente para o entendimento dos sujeitos e processos dessas problemáticas socioespaciais. (SAQUET, 2013: 13).

Portanto, as dinâmicas socioespaciais dão movimento ao território. As transformações econômicas, ambientais, sociais, políticas, culturais, entre outras de sua sociedade produzem espaços que refletem essas transformações. No entanto, elementos do espaço anterior às transformações sociais permanecem se integrando ao novo que surge. Na perspectiva econômica, podemos colocar como exemplo, os impactos da chegada do capital internacional com suas tecnologias numa região predominantemente rural de atividades camponesas tradicionais como o Bico do Papagaio coloca em choque os modos de vida das populações tradicionais do campo, com seu “tempo lento” de uma produção voltada para auto sustento e comercialização no mercado local, com os modos de vida das populações vindas da cidade que se instalam no lugar, atraídas pelo fluxo de capital e trabalho das empresas transnacionais, com seu “tempo rápido” da produção em grande escala e com prazo cronometrado e controlado para entregar no mercado internacional. Essas empresas atraem uma rede de comércio e serviços que mudam o cotidiano de determinadas regiões onde se instalam.

A produção de aves, por exemplo, com sua rede de fornecedores, coloca centenas de famílias produzindo para uma grande empresa do ramo. A dedicação exclusiva das famílias de agricultores à produção para atender a empresa contratante, geralmente ligada ao mercado de exportação, irá transformar completamente seus cotidianos e seus hábitos e inicia-se um processo de transformação cultural para se adequarem à nova ordem produtiva. A produção caseira de alimentos como mandioca, batata, abóbora, porco e frango caipira fica prejudicada devido à falta de tempo dedicado para isso, aumentando o consumo das famílias no mercado das cidades com produtos antes não consumidos por eles como leite de caixinha, biscoitos industrializados, sucos industrializados, entre outros. Se por um lado, aumenta o poder de compra devido à capitalização de sua produção, por outro, deixam de comer suas comidas tradicionais e de realizar trabalhos do cotidiano do mundo rural que fazem parte da formação cultural dos camponeses. A economia influenciando a cultura.

Numa perspectiva cultural do território, a pesquisa sobre modos de vida ou a forma de ser e existir das pessoas no espaço e no tempo – guardadas suas infinitas escalas – ganha importância para uma compreensão aprofundada da relação do território com a cultura. Para Haesbaert (2004), no entanto, como já vimos anteriormente, olhar o território pelo viés da cultura não implica deixar de lado a leitura política e econômica do mesmo. Ao partirmos dos estudos do modo de vida, a cultura, aqui, ganha centralidade na leitura do território e, para

tanto, é necessário enxergá-la como categoria interna de análise do território. Para Bhabha (1998:19)

É o tropo dos nossos tempos colocar a questão da cultura na esfera do “além”. [...] Nossa existência hoje é marcada por uma tenebrosa sensação de sobrevivência, de **viver nas fronteiras do "presente"**, para as quais não parece haver nome próprio além do atual e controvertido deslizamento do prefixo "pós": *pós-modernismo, pós-nacionalismo, pós-feminismo...* - grifos do autor.

Viver em “situação de fronteira” é uma realidade na virada do século XX para o XXI, onde os conflitos e tensões proporcionados por choques de gerações, de grupos étnicos, de gêneros, de nacionalidades, são constantes em diversas partes do mundo. Processos que foram intensificados com o avanço do capitalismo financeiro, das tecnologias de comunicação e, principalmente, do crescente fluxo migratório internacional.

O "além" não é nem um novo horizonte, nem um abandono do passado... Inícios e fins podem ser os mitos de sustentação dos anos no meio do século, mas, este *fin de siècle*, encontramos-nos nos momentos de transito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Isso porque há uma sensação de desorientação, um distúrbio de direção, no "além": um movimento exploratório incessante, que o termo francês *au-delà* capta tão bem - aqui e lá, de todos os lados, *fort/da*, para lá e para cá, para a frente e para trás. (BHABHA, 1998: 19).

A fronteira é um lugar de encontro de temporalidades e culturas diferentes que dão forma e sentido ao espaço que se cria a partir desses encontros. De acordo com Martins (1996:27), “A fronteira é, essencialmente, o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular” (grifos do autor). Apesar das diferenças entre os lugares de fronteira analisados por Homi Bhabha e José de Souza Martins: Centro-Sul de Los Angeles e Amazônia Brasileira, respectivamente, suas análises se convergem. Mesmo sendo uma fronteira de fluxo migratório internacional de uma grande potência econômica e política mundial como os Estados Unidos e uma fronteira agrícola de um país de economia emergente como o Brasil, a fronteira assume o novo sem deixar o velho, sendo os dois ao mesmo tempo e se reinventando como lugar da alteridade e de todos. A fronteira é o lugar de conflitos, encontros e desencontros.

Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. (MARTINS, 1996: 27)

Volto a ressaltar o Bico como lugar de encontros e, por isso, de conflitos. O Bico quanto fronteira carrega as marcas da resistência com suas terras quilombolas, indígenas e a maior concentração de assentamentos da reforma agrária do Estado do Tocantins. Constitui-se de diferentes visões de mundo e é atravessado pela ideologia do capital financeiro que administra o agronegócio e cerca o Bico de todos os lados. Que o pressiona como se fosse uma bola sendo esmagada por uma prensa, mas dentro da bola há uma esfera de aço criada pela vontade de viver dos camponeses, dos quilombolas, dos indígenas, das quebradeiras de coco babaçu, dos ribeirinhos, das trabalhadoras e trabalhadores rurais. As pessoas do Bico aprendem com a pindova do babaçu que resiste ao desmatamento, que brota do chão a partir do coco deixado pelos babaçus que morreram. “Eu existo, porque alguém antes de mim existiu, porque alguém antes de mim resistiu, porque alguém antes de mim foi plantar lá.” Assim cantam as quebradeiras de coco babaçu nos encontros do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB.

### OS APINAJÉ: PRIMEIROS POVOS NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO BICO DO PAPAGAIO

*“A Geografia de vocês mata o nosso povo. Na nossa Geografia não existe Tocantins, Maranhão, Pará, né, existe um mundo que nós plantava, colhia, caçava e pescava. Nossa terra era muito maior do que essa que foi deixada pra nós hoje e ninguém fala disso”.* (Edmar Apinajé – III Jornada de Educação do Campo e Questões Agrárias – LEDOC – UFT, 2016).

As palavras de Edmar Apinajé, representante da Associação Apinajé Pempxã, e discente do Curso de Educação do Campo, da UFT de Tocantinópolis na mesa sobre Comunidades Indígenas e quilombolas durante a realização da III Jornada de Educação do Campo e Questões Agrárias, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da UFT, realizada em 19 de agosto de 2016, em Palmas-TO, foram marcantes. Eu, como Geógrafo, atento à sua fala, fiquei completamente tocado com essas palavras. Refleti muito sobre esse “etnocídio” do Povo Apinajé no Ensino de Geografia das escolas do Bico do Papagaio denunciado pelo jovem líder indígena. Refletindo sobre uma possível omissão da história de seu povo, suas lutas, seus territórios – como era no passado e como é hoje. O que sobrou para eles e o que sobrou deles. Processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do povo Apinajé na região do Bico do Papagaio. Neste sentido, pretendo

aqui, fazer uma leitura do processo de ocupação do Bico do Papagaio a partir da existência dos nativos, sobretudo, os Apinajé.

Edmar Apinaje não está equivocado, pois, muitos estudos sobre o povoamento do Cerrado e da Amazônia levam em consideração a chegada dos não indígenas nesta região e pouco dizem sobre os povos indígenas como os primeiros ocupantes da região. Em alguns trabalhos os citam de forma secundária, quando falam sobre as capturas e sequestros dos mesmos para trabalho escravo ou cristianização, mas considerando a ocupação realizada pelo branco. Ele nos alerta sobre as leituras colonizadoras do território que ainda enxergam os indígenas fora do processo de povoamento, como se os mesmos fossem meros objetos da natureza como os minérios e a madeira que eram retirados da terra. Um processo que considera como povoamento o modelo de ocupação dos europeus (MELO, 2008).

O território de Goiás já era conhecido, porém apenas eventualmente freqüentado desde o final do século XVI. Nesse tempo, era percorrido por bandeiras de apresamento — que tinham São Paulo como pólo irradiador — e por descidas jesuíticas vindas da cidade de Belém, como as de padre Vieira em 1653 e de padre Raposo em 1674. Esse território não teve efetivos focos de ocupação até o início do séc. XVIII. O processo de inclusão regional com **ocupação permanente de modelo europeu** começou a se formar quando Bartolomeu Bueno da Silva descobriu ouro nas cabeceiras do Rio Vermelho, onde inaugurou o primeiro povoamento da região. Este foi fundado no dia 26 de julho de 1726, originalmente como Vila de Sant’Anna e brevemente conhecida como Vila Boa de Goyaz<sup>24</sup>. (MELO, 2008, p. 23) – grifos nossos.

Isso se dá, em muitas das vezes, nos estudos das ciências humanas sobre o povoamento e formação territorial da Amazônia e Cerrado no Brasil porque parte de leituras com viés econômico sobre o modo de produção utilizado pelas comunidades e, assim, consideram o povoamento a partir da conquista territorial dos portugueses que chegavam com a mineração e/ou pecuária e agricultura para o mercado nas vilas, cidades e arraiais e desconsideram os modos de vida e/ou de produção daqueles e daquelas que estão fora da lógica mercantilista e europeia. Com estudos sobre a consolidação do projeto de industrialização e modernização do campo no século XX que impulsiona a migração camponesa campo-cidade e campo-campo, em especial no Cerrado e na Amazônia brasileira, o viés econômico ganha mais peso nos estudos sobre avanço das fronteiras do agronegócio. Uma leitura não menos colonizadora que o próprio processo de ocupação dos territórios indígenas.

Para Da Matta (1976), a tendência da ciência ocidental é a generalização como forma de impor uma única maneira de ver o mundo com seus problemas e possíveis soluções. Em

nome de uma racionalidade essa generalização se impõe na ciência, assim como o pensamento de neutralidade científica colocado em pauta no início deste trabalho. No entanto, segundo Da Matta, trabalhos com viés da Antropologia Social podem inverter essa lógica.

Mas na Antropologia Social tudo se passa de modo inverso. E num certo sentido isso pode parecer a alguns um monstruoso paradoxo, pois como é possível que essa disciplina, <<filha direta do colonialismo>>, possa revelar aos seus padrões que a terra dos homens não é, afinal, chata! Que ela tem as mais variadas formas, cada qual infinita na sua profundidade e na sua riqueza. Assim, em vez de a Etnologia servir para ajudar a sufocar, ela tem servido muito mais na busca de ar puro, especialmente na medida em que revela – no seio mesmo das Ciências Sociais – a terrível ameaça das <<generalizações científicas>>, onde o outro desaparece no modelo e na fórmula capaz de tudo englobar. (DA MATTA, 1976, p. 8).

Neste contexto colocado por Da Matta, surgem estudos sobre a existência dos povos indígenas nos processos de povoamento do Centro Oeste e da Amazônia contrapondo à ideia de “vazio demográfico” dos estudos com viés econômico. Anterior a Da Matta, o trabalho do antropólogo alemão Nimuendajú, que se iniciou na década de 1930, é considerado um dos pioneiros nos estudos do povo Apinaje (ALBUQUERQUE, 2007, LIMA, 2018, OLIVEIRA, 2009, FAGUNDES, 2017). Mas Da Matta, ao defender sua tese de doutorado sobre os Apinajé que virou livro em 1976 com o título “Um Mundo Dividido: a estrutura social dos apinajé”, traz para o que chama de Antropologia Social, uma leitura do indígena dissociada da visão colonizadora de seres “ingênuos”, “puros”, “inocentes”, talvez desprovidos de conhecimentos que os tornassem capazes de tomar decisões importantes para sua sociedade. Da Matta, traz a visão dos Apinajé homens e mulheres com conhecimentos e saberes equilibrados de uma sociedade que precisa ser compreendida como qualquer outra sociedade humana por ter o que nos ensinar:

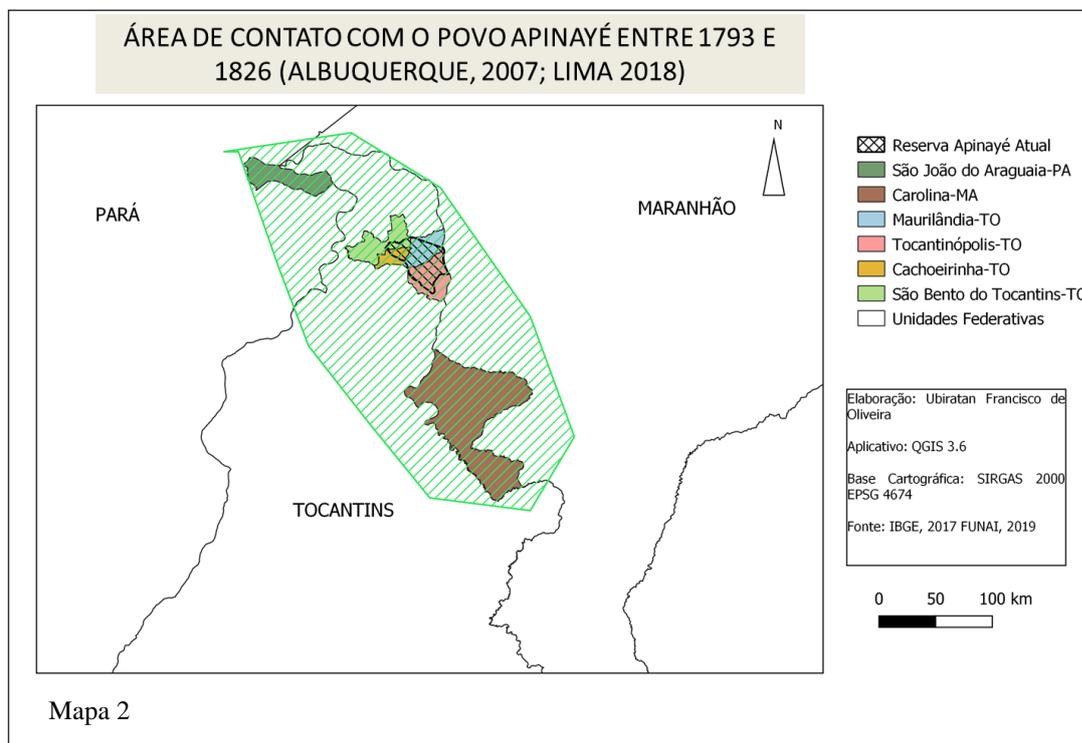
... o ponto de partida, devo notar bem, não é aquele que assume a defesa do índio como parte de um movimento semifilantropico – porque o índio é bom, inocente, puro e infantil – mas porque esse índio, como homem verdadeiro que é, desenvolveu um conjunto original de soluções para uma série de problemas comuns. Deste modo, quero defender os Apinajé com base no meu conhecimento de sua riqueza cerimonial, do notável equilíbrio de suas divisões internas, da profundidade dos seus modos de julgar e perceber a comédia e a tragédia do homem. É preciso não deixar que essa sociedade desapareça porque ela expressa uma alternativa legítima para os problemas humanos. De fato, ela expressa, em muitos momentos, uma alternativa superior já que é capaz de preservar uma forma genuína de equilíbrio entre homens e grupos sociais. (DA MATTA, 1976, p. 10).

Com referência nesses estudos, outras pesquisas sobre os Apinajé, em diversas áreas do conhecimento, foram desenvolvidas, como podemos destacar nos trabalhos do linguista

Albuquerque (2007), do geógrafo Oliveira (2009), do antropólogo Giralдин (2000), do historiador Melo (2008), da pedagoga Lima (2018) e do linguista/historiador Zapparoli (2016). Com base nesses estudos podemos afirmar que os Apinajé são os precursores do povoamento na região do Bico do Papagaio. Sobre isso afirma o Geógrafo Oliveira (2009).

Os Apinajé estão localizados neste território entre 600 e 500 anos Antes do Presente, antes desta temporalidade supostamente entre 11 e 25 mil anos. Antes do Presente outras etnias ocuparam esta localidade, o que revela a mobilidade territorial dos povos indígenas que se encontram na fronteira das grandes regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. (OLIVEIRA, 2009 p. 1).

Os estudos sobre os Apinajé apontam que os primeiros contatos permanentes com os colonizadores aconteceram no final do século XVIII por todo o Bico do Papagaio entre os municípios de São João do Araguaia – PA e Carolina – MA (ALBUQUERQUE, 2007, LIMA, 2018) – (Mapa 2). Entre guerras e acordos de paz, os Apinajé resistiram na região após quase terem sido exterminados por completo. Isso coloca o Bico do Papagaio como principal território dos Apinajé.

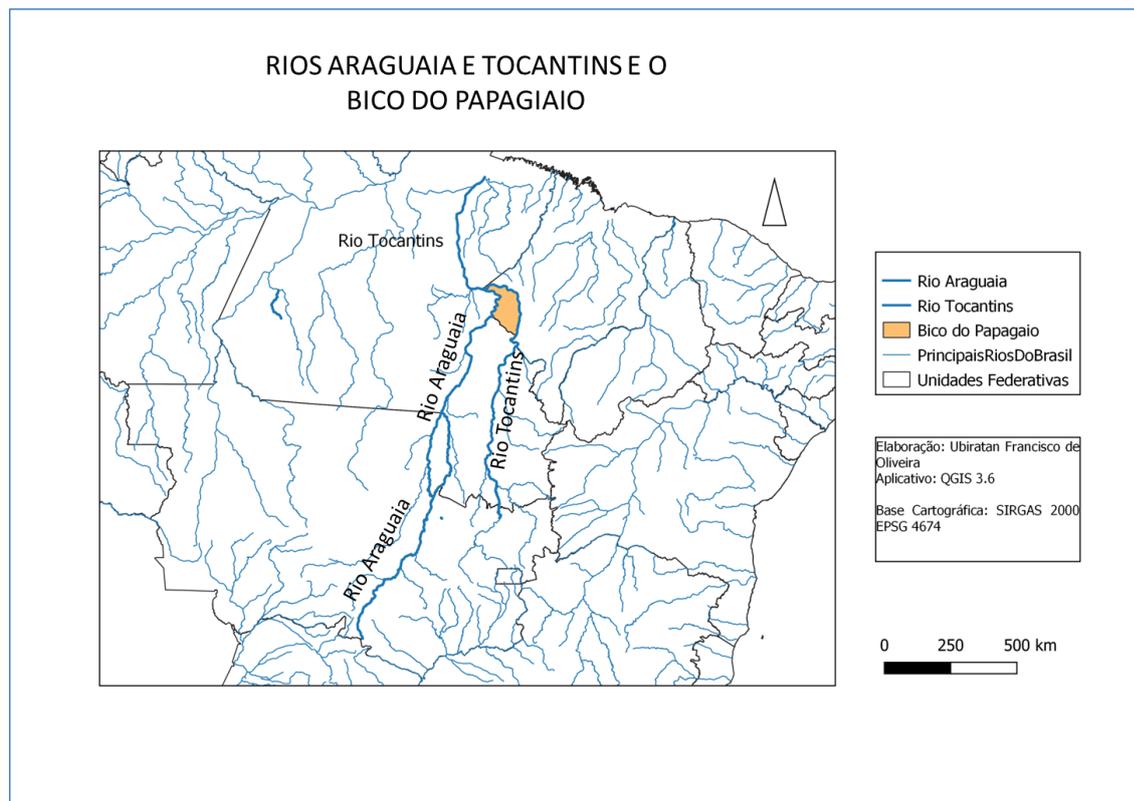


Sabe-se, porém, que antes desse período, a região não era desconhecida pelos colonizadores, pois desde o início da colonização várias expedições de portugueses, holandeses e franceses partiram de Belém para o interior da colônia via rio Tocantins. Em

1610 e 1613, os franceses Charles Des Vaux e La Touche, respectivamente, adentram o rio Tocantins até o Araguaia, percorrendo o Bico do Papagaio e em 1625, expedições religiosas portuguesas partiram na busca de indígenas com o Frei Cristovão de Lisboa subindo o rio Tocantins. Com a notícia, outros religiosos como Padre Antônio Vieira e Padre José Morais, em 1653, avançaram rio acima até Itacaiúnas, onde se formou a cidade de Marabá e em 1669, as entradas de Gonçalo Paes e Manuel Brandão alcançaram a foz do Rio Araguaia, o Bico do Papagaio (VELHO, 2009) .

Já os estudos de Tuner (1992) e Giralдин (2000) nos mostram que os Apinajé subiram os grandes rios e exploraram terras bem distantes do Bico do Papagaio. Os rios Araguaia e Tocantins foram importantes vetores do povoamento e deslocamento das populações indígenas e não indígenas no território goiano durante o período colonial até o início da república devido a falta de estradas e os rios terem boa parte de seus leitos navegáveis.

Como exímios navegadores, os Apinajé exploraram bem os rios Araguaia e Tocantins e seus afluentes por uma grande área (Mapa 4). No Araguaia foram até a região do Médio Araguaia, onde foram confundidos com os Kaiapó, tidos como extintos em 1741 pela bandeira de Pires Campos Filho. Ao serem chamados de Kaiapó eles respondiam que eram “Mebengokre” – Povo do lugar entre as águas. Estudiosos da questão entendem que este “lugar entre as águas” seria o Bico do Papagaio porque os indígenas relatavam que se tratava de uma terra entre dois grandes rios que se encontravam (TUNER, 1992). No Tocantins não foi diferente e há relatos da presença de um povo indígena nas redondezas do arraial de Natividade, em 1741, com o nome de “Pinarés” e “Pinajés” que provavelmente podem ser os mesmos Apinajé que chegaram à região após subir o Rio Tocantins e entrar pelos seus afluentes. (GIRALDIN, 2000).



O Bico do Papagaio é formado pelo encontro dos dois rios, assim, o território Apinajé é fortemente impactado pelo fluxo das expedições que partiam do sul da província ou de Belém, ao norte. Em busca de ouro, apresamento de indígenas e das “drogas do sertão” como canela, castanha, salsaparrilha e cacau (VELHO, 2009) as chamadas bandeiras e as missões jesuíticas que faziam seus deslocamentos pelos dois rios. Sabe-se que Bartolomeu Bueno da Silva Filho, em 1724, conseguiu descer o rio Tocantins até Belém.

O período de contato acentuado do povo Apinajé com os não indígenas (final do século XVIII e início do século XIX) trouxe guerras, conflitos e epidemias. Em 1823, eles se somaram às forças que lutaram contra a resistência portuguesa no Maranhão com 250 homens. Neste período sua população girava em torno de 4.200 indígenas e era considerada a maior população indígena da região do Bico do Papagaio (ALBUQUERQUE, 2007, LIMA, 2018).

...em 1822, foi feita a declaração de independência do Brasil, mas, no território maranhense, as forças portuguesas conseguiram se manter até 1823. No rio Tocantins, nessa época, o major Francisco de Paula Ribeiro se encontrava com 76 homens. Contra eles se dirigiram 470 não-índios de Pastos Bons, sob comando de José Dias de Mattos, a quem os Apinayé ofereceram uma força auxiliar de 250 guerreiros. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 201).

O reforço de “250 guerreiros Apinajé” foi relatado pelo militar das forças portuguesas que fez muitas descrições dos povos Timbira na região de Carolina-MA (VELHO, 2009). Em 1824 há relatos que os Apinajé atacaram Carolina sitiando a cidade por oito dias (GIRALDIN, 2000). As guerras e a varíola quase extinguiram os Apinajé que em 1828 chegaram a contar apenas com 150 pessoas, mas foram se recuperando e em 1897 o número já havia subido para 400 pessoas (ALBUQUERQUE, 2007, GIRALDIN, 2000), resistindo às adversidades que eliminaram muitas etnias neste período no Brasil.

O fato é que os Apinajé estão na região há milhares de anos, foram considerados “hostis” pelos colonizadores por defenderem seu território. Parece ironia, mas é a visão colonizadora que impõe sua ideologia hegemônica. Visão daqueles que invadiram os territórios indígenas com truculência, hostilidade e extrema violência e que, quando encontraram resistência, criminalizaram os oprimidos como grupos hostis e perigosos por não serem passíveis à dominação. Prática colonizadora comum até os dias atuais quando criminalizam movimentos de indígenas, de negros, de mulheres, de LGBTs, de sem terras, sem tetos, sindicais, entre outros. No entanto, quando os Apinajé serviram aos interesses dos coronéis locais, lutando em Carolina - MA contra os portugueses que resistiam à declaração de independência, sua hostilidade foi tida como bravura em defesa da “nação” que se criava naquele momento. Foram considerados “250 guerreiros Apinajé”. São as incoerências das histórias contadas pelo viés do colonizador.

Para Darcy Ribeiro, em sua obra “O Povo Brasileiro”, diz “parecer impossível” alcançar seu objetivo de entender o processo de participação dos povos indígenas na formação do Brasil por conta da abordagem colonizadora quando se tem como referência a versão de apenas um lado da história, a do colonizador.

Reconstituir esse processo, entendê-lo em toda a sua complexidade, é meu objetivo neste livro. Parece impossível, reconheço. Impossível porque só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor. Ele é quem nos fala de suas façanhas. É ele, também, quem relata o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas próprias falas. (RIBEIRO, 1995, p. 30).

Em seu trabalho, Darcy Ribeiro nos mostra nossa história e nos revela a violência que foi o processo de formação do Brasil que ele denomina por “nação de mestiços” formada pelas três raças. No entanto, os “brasilíndios” ou “mamelucos” foram gerados, principalmente, da relação dos colonizadores com as etnias Tupi-Guaranis, mais para a parte sul do continente. Esses mestiços são para ele o que há de “verdadeiramente brasileiro”

pensando como resultado do encontro de europeus, africanos e nativos na formação de um novo país. Mas não podemos deixar de dizer que são frutos de uma profunda violência contra a mulher, em especial a indígena e, posteriormente, a negra africana. As primeiras foram usadas como objeto de troca em acordos de guerras com os colonizadores pelos nativos, constituindo no que Ribeiro (1995) denomina de “*cunhadismo*”.

A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o *cunhadismo*, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo. (RIBEIRO, 1995, p. 81).

Ribeiro (1995) não fala de *cunhadismo* com os nativos do interior do continente, tidos como hostis e grandes guerreiros que enfrentaram bravamente os brancos e mamelucos, tidos também como grandes guerreiros. Apesar de não citar os Apinajé, ele fala da presença de indígenas guerreiros como os Kayapó que percorriam os rios Tocantins e Araguaia e os Tapuia. Dois grupos étnicos do Cerrado que historicamente compartilharam e/ou disputaram território com os Apinajé. Lembrando que alguns grupos tidos como Kaiapó eram, na verdade, os Mebêngôkre-Kayapó, descendentes dos Apinajé que subiram os rios Tocantins e Araguaia sendo confundidos com os verdadeiros Kayapó e posteriormente denominados de Kayapó Setentrional (TUNER, 1992). Os Tapuia, segundo Cerqueira (2011) são nativos mestiços do encontro das etnias, Kayapó, Xerente, Karajá e Xavante. Já Bicalho, Oliveira e Machado (2018), afirmam que os Tapuia são descendentes da mistura dos Karajá, Javaé, Xerente e Mebêngôkre-Kayapó ou seja, mesmo não citando os Apinajé, a possibilidade do encontro com os mesmos ou com seus descendentes Mebêngôkre-Kayapó ter acontecido no período relatado por Ribeiro (1995) é grande, se levarmos em consideração os estudos de Tuner sobre os Mebêngôkre-Kayapó (Povo do lugar e entre as águas – Tocantins-Araguaia).

Os Apinajé percorreram vastas áreas rio abaixo e rio acima, se territorializaram na Região Tocantina, que a abrange todo o Bico do Papagaio e seu entorno constituído pelo sudoeste do Maranhão e sudeste do Pará. Aproveitando os rios Tocantins e Araguaia os Apinajé se aventuraram pelo sertão goiano em áreas de Cerrado de difícil acesso. A fama de “lugar de índios bravos”, com clima, vegetação e geomorfologia (relevo e tipos de solo) que dificultavam intervenções humanas fez com que os Apinajé e demais etnias do Cerrado do norte goiano resistissem por um bom tempo aos ataques das entradas e bandeiras constituídas por colonizadores portugueses, mamelucos e negros escravizados.

Logo se intensificaram as bandeiras e as missões catequistas rumo ao sertão do norte goiano em busca de ouro e indígenas e, a partir dessas expedições, aldeias, vilas e cidades começaram a ser criadas entre o final do século XVIII e início do século XIX. Surgiram cidades como Marabá, no sudeste do Pará, Carolina, no sudoeste do Maranhão, São Vicente (hoje Araguatins) e Boa Vista (hoje Tocantinópolis), no antigo norte goiano, região do Bico do Papagaio, todas essas cidades formadas às margens dos rios Tocantins e Araguaia e em território Apinajé. Segundo Padovan (2011), o governo da província de Goiás, preocupado com as áreas de fronteira com Pará e Maranhão incentivava a ocupação da região por bandeirantes.

O alargamento das fronteiras para regiões e sertões desconhecidos do território representou, para o âmbito do governo de Goiás, adentrar as extremidades e o interior da província. Nessa condição, a navegabilidade pelos rios Araguaia e Tocantins, como caminho à exploração e descoberta pelo Brasil Central, representou, entre outras medidas, o incentivo à ocupação das terras através da organização das entradas e bandeiras, como das viagens exploratórias pelo território ainda desconhecido e ocupado pelo expressivo número de indígenas e animais bravios. (PADOVAN, 2011, p. 24).

O antigo norte goiano recebeu frentes de exploração vindas dos três governos provincianos. Do Maranhão, partindo de Pastos Bons, do Pará, partindo de Belém e de Goiás, partindo da capital Vila Boa a mando do governo central que por meio de Carta Régia de 1798 que ordenou a exploração do vale do Tocantins no lado da província de Goiás (VELHO, 2009, SOARES, 2009). Pastos Bons, no Maranhão já era um lugar de fazendas com atividade agropastoril e o avanço da pecuária ao vale do Tocantins seria, naquele momento, fundamental para sua ocupação e fixação de camponeses na região do rio Tocantins (VELHO, 2009).

O cerco aos Apinajé foi feito e suas ações no território foram diminuindo. Eles foram, aos poucos, encurralados em pequenas áreas de Florestas e Babaçuais do Bico do Papagaio, às margens do Rio Tocantins e, gradativamente, deixando o vale do Rio Araguaia. As navegações no rio Tocantins também foram diminuindo para não se expor aos invasores. Os rios que foram os canais de expansão dos Apinajé pelo sertão cerrado em tempos de soberania territorial foram os mesmos rios que trouxeram seus inimigos para seu território. Os rios da “liberdade” se tornaram os rios da “prisão”, sem saída no Bico do Papagaio e com os conflitos se intensificando, o confinamento nas matas foi a estratégia de sobrevivência deste povo por muitos anos.

Os chamados “desbravadores,” passaram pelo Bico do Papagaio rumo à Amazônia e fixaram-se ali os camponeses pobres em busca da tão sonhada terra e alguns fazendeiros coronéis de poder político e financeiro que controlavam as cidades de Carolina e Boa Vista. Perigosos e com alto poder de fogo, os coronéis ditavam os conflitos na região de acordo com seus interesses políticos (PALACÍN, 1990, CAMPOS, 2003). Eles também controlavam os camponeses e indígenas. Tocantinópolis, na época de Boa Vista, passou por três conflitos entre coronéis conhecidos como “as revoluções de Boa Vista” e, assim como ocorreu em Carolina em 1823, os Apinajé também se envolveram nos conflitos de Tocantinópolis que perduraram até a década de 30 do século seguinte com o conhecido Padre João que controlou os poderes religiosos e políticos de Boa Vista (GIRALDIN, 2000, PALACÍN, 1990). Assim, entre conflitos étnicos e políticos, o Bico do Papagaio foi se povoando com camponeses, indígenas e fazendeiros.

### **FRENTE CAMPONESA PARA AMAZÔNIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO BICO DO PAPAGAIO NO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 E 1960**

No período entre as décadas de 1930 e 1960, os grandes conflitos no Bico do Papagaio foram diminuindo, pois a população Apinajé foi reduzida drasticamente por conflitos e epidemias trazidas pelos não indígenas e a população de camponeses que se fixaram no lugar, ainda era pequena. As terras do Bico do Papagaio se tornaram abundantes para uma população diminuta. Goiás iniciava seu processo de transformação das bases produtivas a partir da entrada da estrada de ferro no sul do estado (BORGES, 1990, MENDONÇA, 2004, OLIVEIRA, 2011), o que deixou o norte goiano sem muita atenção por parte do governo, mesmo existindo a ideia, tanto do governo nacional como do governo local de avançar o “povoamento” rumo ao oeste e norte até as terras amazônicas.

Entre 1926 e 1929, o governo de Washington Luís priorizou a expansão das ferrovias iniciadas no final do século anterior, entre 1870 e 1890 (CORREIA, 2015). No início do século XX, mais precisamente em 1912 a ferrovia chega no sul de Goiás. Em 1930 inicia-se a era Vargas no poder e com ele o projeto de avançar o capital industrial sobre Cerrado e Amazônia, colocar em prática o projeto de intensificação do povoamento no interior do país conhecido como “Marcha para o Oeste” que teve como estratégia a criação da nova capital de Goiás próxima à região das estradas de ferro que irá dinamizar o território com sua integração ao capital industrial (OLIVEIRA, 2011) e também, mais tarde, dá suporte à construção de

uma nova capital federal no planalto central, um projeto de Estado já pensado no final do século XIX.

A construção de Goiânia significou um marco na transformação política e econômica de Goiás: política porque significou a saída das oligarquias que representavam o coronelismo atrasado no poder como das famílias Caiado e Bulhões; e, econômica porque a nova capital se instala na área de influência da Ferrovia, às margens da conhecida “Região da Estrada de Ferro” que já se fazia presente em Anápolis, 55 km da nova capital. Por meio dos trilhos chegavam as inovações da agroindústria, o trabalho assalariado, os operários, empresários, os sindicatos, o Partido Comunista e uma nova classe política tida como progressista, porém conservadora, formada pela aliança entre o capital agrário do sudeste e o capital industrial internacional que se estabelecia no país.

Segundo Campos (2003), o governo de José Leopoldo de Bulhões Jardim, foi acusado de não permitir o progresso do estado ao dificultar a entrada da estrada de ferro no território goiano, pois o isolamento e a pobreza eram garantias para que seu grupo permanecesse no poder. Situação que permaneceu com a entrada de Antônio Ramos Caiado que reproduziu todas as práticas políticas do seu antecessor criticadas por ele antes das eleições. Para Borges (1990), a chegada da estrada de ferro forçava mudanças nas relações culturais e de trabalho entre os coronéis e as comunidades controladas por eles por meio do poder econômico, político e cultural desses coronéis, fato que os colocavam em vulnerabilidade e ameaçados pela nova classe política que emergia (AMORIM, 1998).

Os novos valores culturais das sociedades dominantes são estabelecidos, sucumbindo as antigas relações sociais que cimentavam as sociedades das regiões onde outrora vivia-se sob uma forma não capitalista de organização. O trabalho assalariado se impõe como também a propriedade da terra passa a ser privada e se torna uma mercadoria como outra qualquer. (AMORIM, 1998, p. 31).

A cultura da propriedade privada que emerge no território goiano vai afetar profundamente um campesinato que se estabelecia por posses em terras devolutas no interior do país. O Bico do Papagaio era constituído de terras devolutas ocupadas por camponeses, indígenas e pequenos fazendeiros ligados ao coronelismo de Boa Vista e Carolina. As transformações ocorridas no sul do estado com a chegada da ferrovia estavam também previstas para ocorrerem no norte com o avanço do projeto de modernização do campo. Getúlio Vargas chega ao poder e logo propõe o Plano Geral de Viação Nacional (PGVN), aprovado pelo Decreto 24.497 de 29 de junho de 1934. O PGVN é lançado com perspectiva

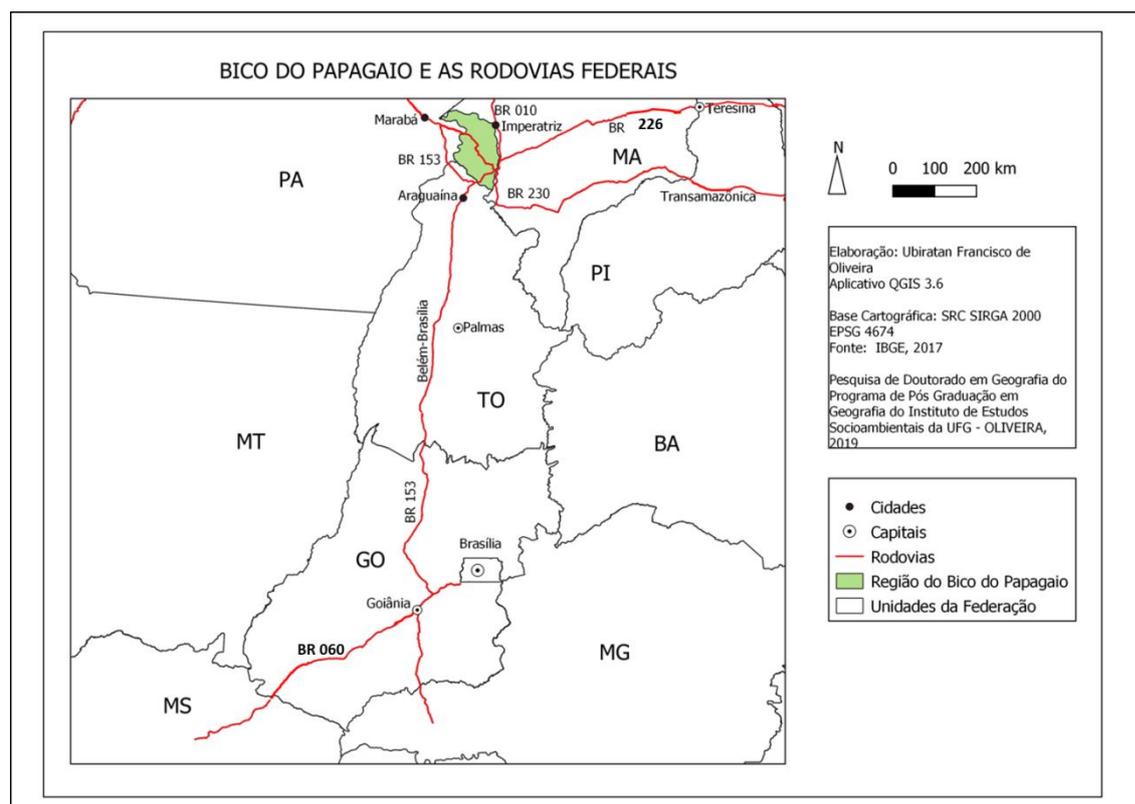


posteriormente em BR-153 – Transbrasiliana, também conhecida como Belém Brasília, após a criação da capital federal e da BR230 – Transamazônica.

No Plano Rodoviário do DNER de 1937, fica evidente a importância destacada de Goiânia como cidade integradora das regiões centro oeste, norte e nordeste. A rodovia Norte-Sul passaria por Pedro Afonso, no norte goiano, hoje Estado do Tocantins e integrava as seguintes cidades, de acordo com Correia (2015).

Dentre as rodovias longitudinais, destaca-se a Rodovia Transbrasiliana, BR-153, que fazia o trajeto de Belém/PA a Santana do Livramento/RS, com o seguinte percurso: Belém – Guamá - Imperatriz – Porto Franco – Carolina – Pedro Afonso – Tocantínia – Porto Nacional – Peixe – São José do Tocantins – Anápolis – Goiânia – (Ponte Afonso Pena, sobre o Rio Paranaíba) – Triângulo Mineiro (Ponte General Mendonça Lima, próxima à Cachoeira dos Marimbondos, no Rio Grande) – Rio Preto - Lins – Marília – Ourinhos – A. Bernardes - Porto União – Marcelino Ramos – Passo Fundo – Santa Maria – São Gabriel – Santana do Livramento. (BRASIL, 1976 apud COOREIA, 2015).

Este primeiro traçado norte-sul foi alterado em Goiás e onde hoje se formou o Tocantins, antigo norte goiano, passando da margem direita para a margem esquerda do Tocantins e com isso, deixando de passar pelas cidades de Tocantínia – TO, Pedro Afonso – TO, Carolina – MA e Imperatriz – MA que passam a integrar a BR 010. O novo traçado da BR 153 após a construção de Brasília manteve Anápolis e Goiânia, conectadas a Brasília pela BR-060/153 e no sentido norte passam a integrar as cidades Uruaçu - GO, Porangatu - GO, Gurupi – TO, Paraíso do Tocantins – TO, Miranorte – TO, Guaraí – TO, Colinas – TO, Araguaína – TO e Xambioá – TO, quando ela entra no Bico do Papagaio e atravessa o Rio Araguaia para o sudeste do estado do Pará até encontrar com a Transamazônica no município de Marabá-PA. Para ir até Imperatriz – MA a BR 153 liga com a BR 226, que vai para Teresina – PI, até Estreito – MA onde se faz o entroncamento das BRs 230 e 010, sendo que a 010 vai para Imperatriz e a 230 atravessa o Bico do Papagaio em diagonal no sentido Marabá – PA fechando o triângulo da fronteira agrícola da Amazônia Oriental (Mapa-4).



Juscelino Kubitschek construiu Brasília perto de Goiânia e intensifica o processo de transformação das bases produtivas do Cerrado e da Amazônia por meio de:

- investimentos estrangeiros na implantação de infraestruturas como estradas e energia elétrica; investimento na pesquisa agropecuária com criação de empresas públicas de pesquisa agropecuária; transformação das terras em propriedades privadas e destinadas à produção de grãos de acordo com os interesses do capital internacional.

A construção de Brasília deu suporte político a Goiânia que se estabelecia como centro de controle econômico do agronegócio. Partirão de Goiânia os projetos de expansão da fronteira agrícola da Amazônia Oriental via norte do território goiano nas décadas seguintes. O Estado de Goiás recebe financiamento dos projetos como PROCERRADO E PRODECER, ambos com recursos internacionais que vão priorizar a pavimentação de estradas e geração de energia elétrica. Os recursos destinados ao Departamento de Estradas de Rodagens de Goiás – DERGO, e à Central Elétrica de Goiás – CELG concentraram a maior parte desses recursos do Estado de Goiás nas décadas de 1970 e 1980 (OLIVEIRA, 2011).

As terras passam a ser objetos de interesse dos mais ricos e poderosos que com o apoio dos poderes executivo, legislativo e judiciário, iniciam o maior esquema de fraude de títulos de terra da história do país conhecido como *grilagem de terras*, expulsando os

camponeses que nelas viviam e concentrando a posse fundiária nas mãos de uma elite de fazendeiros que se alinharam ao novo modelo de produção de mercadorias de exportação conhecido como produção de *commodities*. A grilagem consiste em “fabricação” de títulos falsos de terras devolutas, aquelas pertencentes ao Estado e que deveriam ser destinadas à reforma agrária por via de cartórios de títulos de terras. O latifúndio toma proporções enormes e incontroláveis com consequências profundamente danosas às populações tradicionais e camponesas.

A ideia de modernização do campo e avanço da cultura capitalista industrial ditam as políticas públicas do Estado de Goiás e o comportamento da sociedade goiana que se urbaniza cada vez mais com a migração campo-cidade nas regiões centro e sul do Estado. No entanto, houve resistência camponesa no nordeste, talvez por conta das características naturais da região e norte do Estado, onde teve início um processo inverso à lógica que se estabelecia no centro-sul do território goiano. Pessoas em busca da tão sonhada terra avançavam em direção ao extremo norte goiano e à Amazônia e com as aberturas das rodovias o fluxo de pessoas para essas regiões se intensifica. O Bico do Papagaio e o sudeste do Pará se tornaram alvo dos grandes fazendeiros e também de milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra que chegavam do sul e do nordeste via Transbrasiliana/Belém-Brasília e a Transamazônica. O Bico do Papagaio está justamente no ponto de intersecção das duas rodovias.

Com o governo da Ditadura Militar, entre 1964 e 1985, teve início o processo mais violento de luta pela terra no país com ameaças, mortes e roubos de terras devolutas por meio da grilagem de terras e apoio institucional de um governo voltado para os interesses dos mais ricos, das empresas transnacionais e dos latifundiários interessados na Amazônia e no Cerrado. As ações dos governos militares quebraram o período tido como de “harmonia” no Bico do Papagaio. Martins (1996) fala também sobre a violência contra os povos tradicionais neste período.

A história contemporânea da fronteira, no Brasil, é a história das lutas étnicas e sociais. Entre 1968 e 1987, diferentes tribos indígenas da Amazônia sofreram pelo menos 92 ataques organizados, principalmente, por grandes proprietários de terra, com a participação de seus pistoleiros, usando armas de fogo. Por seu lado, diferentes tribos indígenas realizaram pelo menos 165 ataques a grandes fazendas e a alguns povoados, entre 1968 e 1990, usando muitas vezes armas primitivas como bordunas e arco-e-flecha. Houve ocasiões em que diferentes tribos fizeram ataques em diferentes lugares no mesmo dia. Nestes últimos trinta anos, diferentes facções da tribo Kayapó lançaram continuados ataques às fazendas de sua região, inicialmente para rechaçar os civilizados e depois de pacificados para impedir que continuassem invadindo seu território. Em 1984, os Kayapó-Txukahamãe sustentaram uma verdadeira guerra de 42 dias contra as fazendas e o governo militar, que culminou com o fechamento definitivo de extenso trecho da rodovia

BR-080, maliciosamente aberta através de seu território para possibilitar futura invasão das terras por grandes fazendeiros. Nessas lutas, houve mortos de ambos os lados, verdadeiros massacres.(MARTINS, 1996, p. 26).

Com os camponeses não foi diferente, a grilagem de terras devolutas, em especial nos estados de Goiás, Mato Grosso e Pará colocou em conflitos milhares de posseiros e fazendeiros com um massacre de trabalhadores e trabalhadoras rurais e militantes de movimentos sociais que aderiram à luta pela reforma agrária no país. O período anterior ao militares estava em curso um conjunto de reformas de base propostas por pelo Presidente João Goulart, dentre estas reformas estava a Reforma Agrária. As ligas camponesas mobilizavam milhares de camponeses e organizavam as lutas pela terra no campo. O regime ditador militar perseguiu severamente as ligas e demais movimentos em defesa da reforma agrária e deu início a uma sangrenta perseguição às ligas camponesas, associações de pequenos agricultores e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Uma das bandeiras do movimento militar de 64, foi a extirpação do movimento das Ligas Camponesas e a liquidação do processo de reforma agrária deflagrada no início do ano de 1964 pelo então presidente João Goulart. O movimento militar promoveu verdadeira “caçada” às lideranças das Ligas Camponesas e não tardou que as estatísticas passaram a registrar a morte ou o “desaparecimento” dessas lideranças. (OLIVEIRA, 1994, p. 31).

Também, anterior aos militares, o Bico do Papagaio vivia uma realidade de afirmação do campesinato quando os povoados foram surgindo na medida em que famílias de camponeses iam se instalando e avançando sertão adentro. O que se achava que era “terra esquecida”, longe dos olhares do Estado e dos interesses dos latifundiários era apenas uma estratégia para preparar a ocupação da região ao atrair milhares de famílias que abriram seus roçados e prepararam a terra para agricultura e pecuária. Dona Raimunda Quebradeira de Coco escreve em verso e prosa essa história:

*Antes de existir Brasília  
Ali era a região  
Do silêncio mais perfeito  
Sem a menor confusão.*

*Era como o paraíso  
Que dava o que é preciso  
A quem cultivasse o chão...  
O primeiro que chegava  
Desbravava uma porção  
Abria uma clareira,  
A unha, foice ou facão.*

*Depois outros iam chegando  
Roçados também botando  
Crescia a população.  
Ficou cheia a região  
De um povo sossegado  
Povo pobre, mas feliz  
Cultivando seus roçados  
Sem a maldita ambição  
Acolhiam seus irmãos  
E formavam povoados.*

*Então aquelas famílias  
Que ali faziam paradas,*

*Com palhas de babaçu  
Cobriam suas moradas,  
Entravam em suas palhoças.  
Viviam de suas roças  
Pescarias e caçadas.*

*As roças em cada ano,  
Em qualquer canto faziam;  
A terra estava sobrando,  
Por isso eles se iam,  
Desbravando aquelas matas,  
Sem medo dos magnatas*

*Que aquele mundo não viam.*

*A multidão dos posseiros  
Ali vivia sossegada,  
Tendo a terra em comum,  
Pois não era demarcada.  
Não pensavam que os grileiros  
Viessem expulsar os posseiros  
De sua terra sagrada.*

- Dona Raimunda Quebradeira (Poema publicado no livro Todos Sabiam, Le Breton, 2000.

Raimunda Gomes da Silva, conhecida como Raimunda Quebradeira de Coco, é uma referência na luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu no Tocantins, Maranhão e Pará. Pioneira do movimento de quebradeiras que deu origem ao MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, Dona Raimunda recebeu, em 2009, da Universidade Federal do Tocantins, o título de Doutora Honoris Causa, pelo trabalho social realizado junto às mulheres quebradeiras da região do Bico do Papagaio. Dona Raimunda inicia sua história-poesia fazendo referência à construção de Brasília como ponto de início dos conflitos que vieram a ter no Bico do Papagaio. Esta referência à capital do país demonstra ter leitura da totalidade dos fatos que as cercam. De fato, as transformações ocorridas no território goiano desde a década de 1930, nas regiões do sul do estado com a criação de Goiânia, são intensificadas no restante do território com a criação de Brasília na divisa de Goiás com Minas Gerais (OLIVEIRA, 2011, PELÁ e BARREIRA 2013) como já vimos neste capítulo.

Por isso, defende-se, aqui que Goiânia foi o projeto urbano piloto desse processo de ocupação do Cerrado, e Brasília, o coroamento. A nova capital federal, que nasce sob a égide de uma nova “nação” e de um novo Brasil, moderno e industrializado, será modelo imperioso para mostrar ao mundo e ao povo brasileiro que é possível, ou melhor, “necessário” modernizar o sertão. (PELÁ & BARREIRA, 2013, p. 48).

A criação de Brasília no território goiano impulsiona o processo de “modernização” do campo e acelera o processo de desterritorialização dos povos camponeses como Dona Raimunda relata em sua história. Estudos de pesquisas sobre os conflitos e processos de ocupação do Bico do Papagaio confirmam a história de Dona Raimunda. No que se refere aos impactos dos projetos atrelados à construção de Brasília como as estruturas rodoviárias nos povos Apinajé, Lima (2018) diz:

No início dos anos 1960 e 1970, com a construção de grandes rodovias, como a Belém-Brasília e a Transamazônica (esta passa há apenas 1 km da Aldeia São José), a migração de pessoas para essa região se intensifica, e mesmo sendo morada fixa

dos Apinaje, a não demarcação da Terra Indígena (TI) deu a oportunidade de posseiros ocuparem partes do território. A demarcação e homologação só veio em 1985, por meio do decreto nº 90.960. (LIMA, 2018, p. 20).

A abertura das estradas nacionais atraiu milhares de trabalhadores, tanto para a obra, quanto para desfrutar das terras às margens dessas rodovias que se apresentavam como um grande projeto de vida de muitos migrantes que sonhavam com seu pedaço de terra, mas, na verdade, as estradas estavam para atender o projeto do capital internacional de expansão da agricultura, da pecuária e da mineração e isso colocaram em conflito os grandes empresários industriais e latifundiários do agronegócio com os camponeses, pobres posseiros, sem terras, quilombolas, e indígenas.

Enquanto os colonos viviam idilicamente no Bico do Papagaio, longe dali em Brasília os planejadores do governo estavam assinalando seus mapas com fortes traços que representavam as grandes rodovias: Belém-Brasília e Transamazônica. O Bico do Papagaio estava localizado perto da intersecção entre as duas e, à medida que os tratores e as escavadeiras abriam caminho através da floresta, traziam consigo o fim de uma era. Migrantes vindos do Sul desciam pela estrada Belém-Brasília e os mais intrépidos se dirigiam para o oeste pela Transamazônica. ... Alguns dos imigrantes eram lavradores sem terra provenientes das terras secas do Nordeste, mas outros eram aventureiros – homens de negócio, industriais, grandes latifundiários do Sul do país. Estes foram atraídos pelo mito da fronteira e pela expectativa de adquirir grandes extensões de terra a baixo preço ou até por nada; terra que, com um pouco de sorte, valorizaria o dobro, ou cinco, dez, ou cem vezes mais. (LE BRETON, 2000, p. 54).

O Bico do Papagaio, marcado pela presença de comunidades tradicionais e camponesas, como área de transição entre Cerrado e Floresta Amazônica, é fortemente impactado com o estabelecimento da fronteira agrícola na região do extremo norte de Goiás (hoje Tocantins), sudeste do Pará e sudoeste do Maranhão. Fronteira agrícola impulsionada pelas cidades do agronegócio (Araguaína-TO, Marabá-PA e Imperatriz-MA) que se consolidam com incentivos à agricultura e pecuária de grande porte e a chegada das estradas para abastecimento de suprimentos, máquinas agrícolas e escoamento da produção.

O período desenvolvimentista da Ditadura Militar foi marcado pelo total desrespeito ao meio ambiente e aos povos tradicionais do campo. Com uma política direcionada ao fomento do agronegócio e da indústria mineradora, daí em diante inicia-se um período de intensos conflitos entre os povos camponeses e os projetos do agronegócio e mineração. O Bico já não era mais um “vazio demográfico” como era tratado pelo Estado brasileiro em nome do capital internacional. A partir desse momento, o Bico do Papagaio passa a ser

conhecido como um território em disputa entre o campesinato e o agronegócio que o marcará profundamente nas décadas seguintes e que trataremos de falar em outro artigo.

## CONSIDERAÇÕES

O processo de ocupação do Bico do Papagaio é longo e complexo. Seu posicionamento geográfico lhe dá uma condição de “lugar de passagem” no centro-norte do país. Passagem obrigatória para quem sai de qualquer região do país que pretende ir de norte a sul ou de leste a oeste pelas principais estradas que cortam o Brasil entre seus extremos, tendo o Bico do Papagaio como ponto de intersecção. Todos os caminhos levam aos ” povos do lugar entre as águas – *MEBÊNGÔKRE*”. O lugar das quebradeiras do coco, dos ribeirinhos, dos assentados da reforma agrária, dos extrativistas, dos quilombolas e, especialmente, dos Apinajé, os mais autênticos *MEBÊNGÔKRE*, pioneiros e milenares no território que já foi hegemonicamente dominado por eles, mas que agora é dividido por outros povos que se unem a eles contra projetos genocidas que visam eliminar a diversidade cultural, social e econômica do território Bico do Papagaio, transformando suas paisagens ricas e plurais em paisagens homogêneas da monocultura de *commodities*. Hoje com uma população com mais de 200 mil habitantes, predominantemente constituída de trabalhadores rurais, camponeses e populações tradicionais, sua economia se baseia na produção da agricultura familiar. O Bico respira resistência camponesa.

## REFERÊNCIAS

BICALHO, Poliene Soares do Santos; OLIVEIRA, Fernanda Alves da Silva; MACHADO, Márcia. “**Mas eles são índios de verdade?: representações indígenas na sala de aula.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1591-1612, out./dez. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, RAMALHO, José Ricardo. **Campesinato Goiano.** Goiânia: Editora UFG, 1986.

CALAÇA, Manoel. **A Territorialização do Capital no Cerrado:** uma abordagem metodológica. In. SANTOS [et.al]. Território e Diversidade Territorial no Cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais. Goiânia, Kelps, 2013.

FAGUNDES, Marcelo Gonzales Brasil. **Povos Indígenas e Projetos de Desenvolvimento Econômico:** os Apinajé e a Ditadura Militar no Brasil. In. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília: ANPUH, 2017. Disponível em <https://www.snh2017.anpuh.org/> acessado em 13 de janeiro de 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48ª ed. rev. — São Paulo : Global, 2003.

GOMES JÚNIOR, Evaldo. *Fronteira e Reestruturação Produtiva na Amazônia Brasileira (2003-2013): um estudo sobre a mudança na hierarquia urbana do município de Araguaína (TO) na Amazônia Oriental*. Dissertação de Mestrado. Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios. à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand do Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Precarização, Reclusão e “Exclusão” Territorial**. Revista Terra Livre. Ano 20, v. 2, n. 23. P. 35-52, Goiânia, Jul-Dez, 2004.

LE BRETON, Binka. **Todos Sabiam: a morte anunciada do Padre Josimo**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das Lutas no Campo**. 11ª Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Nilton Marques, CRESTANI, Leandro de Araújo, STRASSBURG, Udo. **Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins**. Revista IDEAS, v. 8, n. 2, p. 104-134, 2014.

OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de. **Marca D’água – O Ser e o Existir do Rural no Espaço Metropolitano de Goiânia**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Geografia do IESA-UFG, Goiânia, UFG, 2011.

OLIVEIRA, Vanderlei Mendes de. **Território, Memória Coletiva, Cultura Material e Imaterial Apinaje: Um estudo da etnoarte e dos saberes fazeres**. Anais do 12º EGAL, Montevideu-Uruguaí. 2009. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12> acessado em 20 de fevereiro de 2019.

PADOVAN, Regina Célia. **Lugar de Escola e “Lugar de Fronteira”**: a instrução primária em Boa Vista do Tocantins, em Goiás no século XIX (1850-1896). Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: FE-UFG, 2011.

PALACÍN, Luíz. **O Século do Ouro em Goiás**. Goiânia: Editora UCG, 1979.

PELÁ, Márcia Cristina Hilzim. BARREIRA, Celene Cunha Monteiro A. **Goiânia, Brasília e Palmas: modelos urbanos do projeto de modernização do Cerrado e do território Brasileiro**. In SANTOS [et.al]. *Território e Diversidade Territorial no Cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais*. Goiânia, Kelps, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções sobre Território**. 3ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013

SANTOS, Milton. **A Natureza o Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. São Paulo, SP: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6ª Ed. São Paulo: Edusp, 2008

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia à Geografia Crítica**. 4ª Edição. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2012

\_\_\_\_\_. **O Retorno do Território**. In. OSAL – Observatório da América Latina. Año 6, no. 16 – jun, 2005, Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SOARES, Zaré Augusto Brum. **Agricultura Familiar, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Rural na Região do Bico do Papagaio – Tocantins**: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFRRJ. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2009.

TEIXIERA NETO, Antônio. **O Território Goiano-Tocantinense: formação e processo de povoamento e urbanização**. In. ALMEIDA, M. G. (Org.). *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: UFG, 2002.

TURNER, Terence. **Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica**. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. p. 311-338. CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

**Ubiratan Francisco de Oliveira**

Professor do Magistério Superior na Universidade Federal do Tocantins - Curso de Educação do Campo - Campus Tocantinópolis. Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Goiás. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2011) e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2008). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo do Campus da UFT de Tocantinópolis-TO. Membro do Observatório da Educação do Campo da UnB - OBEDUC. Membro da Pesquisa Nacional sobre Expansão da Educação - Sub7 Educação do Campo no Brasil, da Rede Universitas. Membro do Grupo de Pesquisa em Geografia Dona Alzira-IESA-UFT. Membro do Grupo de Trabalho de Pesquisa do Campus da UFT-Tocantinópolis. Líder do Grupo de Pesquisa Sobre Campo e Cidade Contemporâneos - UFT.

**Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1787664600494455>**

*Recebido em dezembro de 2019.*

*Aceito para publicação em fevereiro de 2020.*

*Publicado em março de 2020.*